
RESENHA

CONTRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS PARA A COMPREENSÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO

Gutemberg Armando Diniz Guerra¹

FERNANDES, M. Donos de terra. Trajetórias da União Democrática Ruralista - UDR. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

COSTA, L. M. Discurso e conflito. Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás. Belém: NAEA/UFPA, 1999. (2º. Prêmio NAEA de Dissertação de Mestrado).

EMMI, M. F. A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais. 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

Além de artigos e relatórios de pesquisas, teses de mestrado e doutorado têm sido produzidas no âmbito do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, versando sobre diversos temas, dos quais destacamos algumas obras sobre as transformações no campo, em particular no sul e sudeste paraense. Recentemente, três teses de mestrado, produzidas no âmbito desse Núcleo, foram lançadas em forma de livro, sendo uma delas em segunda edição, depois de uma primeira consagração esgotada rapidamente. O esforço do NAEA em difundir os trabalhos dos seus membros projeta uma literatura que tem sido restritamente acessada, a maioria disponível apenas em algumas bibliotecas especializadas, e por razões particulares de iniciativa dos autores. A publicação de parte desse material em livros constituirá um volume a parte na análise sobre os problemas discutidos e refletidos pela comunidade acadêmica regional, consolidando uma contribuição até então limitada pelos gargalos da difusão editorial do país.

¹ Doutor em Socioeconomia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, pesquisador e professor do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará. E-mail gutemberg@naea.ufpa.br

O primeiro deles, *Donos de terras. Trajetórias da União Democrática Ruralista - UDR*. sobre a UDR no Pará é um documento-referência para a compreensão da história contemporânea das categorias patronais rurais no estado do Pará. Baseada em um considerável acervo repertoriado em um esforço de pesquisa de 6 anos, faz uma abordagem histórica e sociológica dos latifundiários presentes no sul do Pará, mostrando suas atividades desde o surgimento até a desativação da União Democrática Ruralista, entre 1985 e 1991.

Na primeira parte, descreve a formação das estruturas agrárias no Estado do Pará entre 1950 e 1980. Evolui das explorações nos seringais até a chegada dos sulistas, atraídos pelos incentivos fiscais, transformando a região em um caldeirão de conflitos e disputas pela posse da terra. Mostra, convincentemente, como o interesse dos sulistas pela Amazônia tem antecedentes aos tempos atuais, quando eclodem as disputas pelo direito à propriedade da terra.

Na segunda parte de seu trabalho demonstra a ação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - o Getat, e sua desestruturação paralela à crescente mobilização camponesa.

Na terceira parte, analisa as organizações patronais e seus membros, demonstrando a natureza das relações sociais assumindo um caráter nacional pelo fato de estarem articuladas não apenas no estado do Pará mas também com as regiões mais desenvolvidas do país. De fato, a UDR é mostrada como um prolongamento da Associação dos Empresários da Amazônia, cujo centro de gravidade se constituía e sediava em São Paulo.

É um trabalho rico de informações, claro, objetivo, satisfazendo plenamente o propósito pelo qual foi conduzido: esclarecer as relações nos bastidores das classes patronais rurais.

Destacam-se, como contribuição, vários aspectos:

1. a forte presença histórica dos pecuaristas na Amazônia, em geral, e no Pará, em particular, na luta pela manutenção do latifúndio;

2. a articulação e presença de setores econômicos industriais do sul do país com os latifundiários da Amazônia, desde a década de 40, ou seja, uma composição do latifúndio onde interesses de categorias ditas modernas se expressam com muito vigor, em associação com segmentos ditos tradicionais e conservadores;

3. o caráter temporário - de campanha - da UDR, da mesma forma que seu recolhimento a um estado de latência que não pode ser confundido com a morte ou extinção: a UDR está no nosso espírito, no nosso sangue, diz um de seus dirigentes.

Como observações críticas temos, principalmente, duas. A primeira, sobre a diferenciação que é feita entre a UDR e os setores tradicionais, de que se constituiriam em antagonônicos e, eventualmente, em opositores, argumentação que nos pareceu ambígua. Da mesma forma que, existindo divergências entre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais quanto às propostas e atividades políticas, sendo eles, entretanto, complementares na defesa dos interesses dos trabalhadores rurais e pretendentes à terra, a UDR e os setores tradicionais foram, igualmente, complementares na defesa do latifúndio. Enquanto uma se dispunha a uma militância agressiva e fugindo aos marcos da legalidade (a UDR e o MST), os outros (SRB e Contag) negociavam politicamente no parlamento e outras instâncias o recuo das propostas reformistas.

A segunda observação trata-se da delimitação da UDR paraense ao raio do Bico do Papagaio, no estudo, quando na verdade os dados coletados e a análise feita dizem respeito mais precisamente ao sul do Pará. Embora a proximidade destas regiões possa justificar a associação, é sempre importante lembrar que não se trata exatamente da mesma região.

Discurso e conflito. Dez anos de disputa pela terra em Eldorado dos Carajás, de Luciana Miranda Costa, foi editado como prêmio da segunda versão do Concurso promovido pelo NAEA para dissertações de mestrado defendidas nesse Núcleo.

Seguindo referencial teórico de autores franceses que trabalham com a análise do discurso, em particular Michel Pêcheux e Michel Foucault, o texto de Luciana Costa interpreta a fala de agentes sociais envolvidos na luta pela terra no sudeste paraense, a partir de suas posições na arena desta disputa. Indaga pela longa duração dos conflitos entre madeireiros, fazendeiros e posseiros nesta região, em que pese o acirramento dos confrontos sangrentos.

Dado o clima de conflito estabelecido na área analisada, em virtude do qual as pessoas entrevistadas solicitaram que seus nomes não fossem citados, vários cuidados foram tomados na elaboração e publicação deste trabalho, o que

possivelmente dificulta, para os que não conhecem a região, uma leitura mais realista. Os nomes da maioria das pessoas e de algumas propriedades e empresas foram substituídos por nomes fictícios, o que não tira em nada o valor acadêmico, mas inviabiliza uma visualização que poderia ter sido explorada em uma cartografia e apresentação de documentos importantes para este período da história da região.

Depois de uma rápida introdução em que justifica a divisão temática do seu trabalho, a autora apresenta sua opção pela análise do discurso dos agentes sociais em que entende estar expresso o dia-a-dia e a representação construída por estes mesmos agentes.

Em seguida apresenta um histórico da região que servirá de cenário e fornecerá o contexto com todos os elementos para o seu trabalho de verificação acadêmica. É aqui que aparece a maior parte das falas e interpretações sobre a vida e sacrifício do líder sindical Arnaldo Delcídio, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado dos Carajás, assassinado no dia 1º de maio de 1993. Pude assistir a uma atividade sobre o livro, no NAEA, com a participação da autora, do presidente da Sociedade Paraense de Direitos Humanos e de um líder sindical da região compondo a mesa. Ainda que sob nomes fictícios, os mortos foram apresentados com as suas verdadeiras histórias, emocionando conferencistas e platéia, traindo a máscara que o exercício acadêmico obrigou a portar nesta obra.

Os capítulos 4, 5 e 6 do livro trabalham com a complexa trama dos conceitos utilizados de acordo com o lugar social de quem fala e do lugar social a quem é destinado o discurso. Pela complexidade com que os agentes se manifestam, estes capítulos soam, às vezes, ambíguos, exigindo esforço e atenção do leitor. Os termos invasor, ocupante, posseiro, grileiro, violência, briga, luta assumem conotações e juízos de valor diferentes a partir do locutor (que se assume como o eu no discurso), do ouvinte do discurso, e do contexto no qual é pronunciado. As alianças entre categorias sociais oponentes são evidentes em determinadas circunstâncias, como a das serrarias e comerciantes com os posseiros, embora não impliquem confluência de interesses.

Divergências entre os sindicatos de Curionópolis e Eldorado dos Carajás aparecem com uma certa frequência, o primeiro sendo acusado pela falta de ética de seus membros (corretagem de terras), sabendo-se porém que o nível das diferenças passa também pelas orientações políticas diversas seguidas por

ambos, o que em nenhum momento é explorado na tese. Em que pese a hegemonia do Partido dos Trabalhadores na região e no movimento sindical de trabalhadores rurais, existem vários sindicatos e membros de diretorias que se associam a outros partidos (PC do B, PSB, PSDB, PMDB), sendo este um dos motivos frequentes de agressões no campo político. A pouquíssima projeção do Movimento dos Sem-Terra - MST nesta análise não se justifica, mesmo sabendo que sua visibilidade nacional tenha mais amplitude do que de fato ocorre em termos de atuação no campo.

Algumas questões merecem ser abordadas no comentário da obra para forçar uma melhor precisão em algumas afirmações que possam promover danos pelo grau de generalização. São questões de suma importância mas que nos parecem dignas de um maior aprofundamento, o que não pôde ser feito no curso desta obra, não lhe tirando o mérito, entretanto, de ter levantado estes aspectos.

Atribuir, exclusivamente, à venda de madeira o sustento da família até a primeira colheita, sem apresentar dados tabulados que calcem esta afirmativa, parece-nos frágil, haja vista a conhecida abundância da floresta em frutos (castanha, bacuri, açaí, uxi, frutão), caça (paca, jaboti, aves), e pesca, além de outras estratégias utilizadas pelos ocupantes no primeiro ano como o assalariamento em fazendas ou nas cidades. Neste ponto, senti falta de uma interlocução com literatura produzida por grupos de pesquisadores que trabalham sobre o tema na região e que não foram citados na bibliografia.

A fraqueza, parcialidade ou ausência do Estado para conduzir o processo de apropriação das terras na Amazônia, em geral, e em Eldorado, em particular, aparece no discurso dos fazendeiros justificando a volta dos militares como modelo ideal de gestão.

O tema das máfias das invasões é extremamente relevante e, embora citado, é pouquíssimo explorado no livro, assim como a relação entre membros do judiciário e altos escalões da Polícia com fazendeiros, dando a estes um cabedal diferenciado na disputa pela terra, não apareça em nenhum momento abordada.

A bibliografia apresentada no final do livro é seletiva. A que aparece citada nas notas de rodapé indica uma pesquisa significativa em jornais do Estado e da região de estudo, fazendo falta, porém, uma maior interlocução com autores que estejam produzindo na e sobre a região.

Este livro provoca o incômodo que o massacre de Eldorado dos Carajás deixou entre os brasileiros em geral: o de que a questão da terra é de vida ou morte, exige uma mobilização muito mais ampla do que tudo o que se fez até agora e que a compreensão que temos sobre os agentes e atores envolvidos neste tema precisa ser em muito melhorada.

A terceira obra que privilegiamos neste comunicado é uma das mais citadas de toda a literatura recente sobre a região amazônica. Depois de doze anos de esgotada a primeira edição, *A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*, da professora Marília Emmi, referência sobre a análise das oligarquias, vem preencher a falta que vinha fazendo desde o esgotamento da primeira edição.

O interesse que a obra tem despertado demonstra a atualidade e pertinência da abordagem desenvolvida pela pesquisadora.

O objetivo principal deste trabalho consistiu em estudar as relações entre a transformação da estrutura fundiária e as mudanças do poder político em Marabá. Para isto, resgata a sua história em detalhes, apresentando novos dados à sua compreensão. O município originou-se do burgo agrícola formado em fins do século passado (1895) por adeptos do florianista Carlos Gomes Leitão, escorraçados de Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis. A luta então deflagrada tinha por razões as divergências políticas surgidas após a Proclamação da República, em 1889, entre os partidários de Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca. Instalado o burgo, com subvenção do governo do Pará, houve um deslocamento do primeiro local de povoamento por problemas relacionados com a insalubridade do lugar para área mais saudável. Desde o início, a economia do burgo e da povoação se baseia na exploração da borracha do caucho, da madeira, da castanha, da atividade agrícola e pecuária. Marabá se torna município por lei estadual de nº. 1278 de 27 de fevereiro de 1913.

Uma boa revisão bibliográfica conduz a uma definição de oligarquia como elemento do poder econômico e político, expresso na região com características próprias, diferenciadas da oligarquia nordestina: ... quando me refiro à oligarquia no Tocantins, estou fazendo alusão a grupos constituídos em torno de famílias ou empresas que vêm controlando a atividade econômica principal da área: a coleta e o comércio da castanha. O vale do Tocantins ascende como produtor de castanha na década de 20, precisamente a partir de

1927, quando Marabá passa a primeiro lugar, suplantando Alenquer e Óbidos, fornecendo 60% do total estadual deste produto.

O monopólio desta exploração é exercido por um grupo reduzido de comerciantes que detêm o poder de “donos” ou “arrendatários” dos castanhais. O processo de apropriação destas áreas se dá dentro de um jogo de favorecimentos aos correligionários políticos, em detrimento dos adversários. A cessão é feita por contratos renováveis em períodos previstos. Entre os mais afortunados neste jogo encontra-se Deodoro de Mendonça, influente secretário de governo em diferentes períodos, e a família Mutran, esta representando até hoje interesses políticos de grupos conservadores da região.

Estes oligarcas se mantêm até as transformações provocadas pelo golpe militar de 1964, que traz em seu bojo os interesses do capital industrial, responsável pelo deslocamento do centro de poder. A economia deixa de se basear apenas no extrativismo vegetal, incorporando novas formas de produção agrícola; a mineração industrial, a pecuária, a construção civil e o comércio assumem um novo papel na região. A função da terra se modifica, deixando de ser associada ao mero extrativismo. Empresas multinacionais demonstram interesses na área e, em 1967, é descoberta a província mineral de Carajás.

Os partidos políticos desta época trazem contradições intestinas. Na Aliança Renovadora Nacional – Arena, encontram-se partidários de Alacid Nunes e Jarbas Passarinho, representando interesses diferenciados, embora na mesma perspectiva de apoio ao regime militar. Em 1979 são extintos a Arena e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, abrindo-se o espaço para a constituição de um novo quadro partidário, a partir de então com cinco partidos: Partido Democrático e Social (PDS), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido dos Trabalhadores (PT). No PDS, o Major Curió surge como representante dos militares atuantes na repressão política, em meados da década de 70. Por outro lado, a Igreja Católica e os novos partidos políticos expressam interesses diferenciados daqueles dos donos dos castanhais.

Os conflitos fundiários afloram em confrontos abertos entre trabalhadores rurais apoiados pela Igreja Católica, contra latifundiários cada vez mais agressivos na defesa de seus interesses. A presença de pistoleiros na área e o envolvimento gradativo da Polícia Militar e do Exército abrem um ruidoso processo. A Igreja

abre baterias contra o Estado que responde na mesma intensidade. Os trabalhadores rurais se organizam em sindicatos e começam a amearhar vitórias. A reação dos “donos” de castanhais se faz vigorosa, por meio do Sindicato Rural de Marabá, incluindo desde a formação de uma guarda para reforço das milícias particulares dos fazendeiros até memoriais encaminhados aos diversos órgãos do setor público, propondo a efetivação do domínio pelo fornecimento de títulos definitivos de propriedade.

A perda do poder local, a organização crescente dos trabalhadores rurais e a contradição com outras facções de blocos no poder impedem o eco das solicitações dos oligarcas da castanha, paulatinamente enfraquecidos. Os castanhais vão sendo ocupados e a luta na esfera jurídica permanece, com diversas propostas de desapropriação, de um lado, acompanhadas de solicitação de reintegração de posse, de outro.

A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais reflete as transformações que ocorreram na história recente do sul do Pará e apresenta uma dinâmica que desperta para possíveis desdobramentos, como o pólo siderúrgico que ali se implanta.

Numa linguagem clara, as modificações nas relações econômicas, sociais e políticas vão sendo didaticamente expostas. Delimitam-se, no estudo, as classes sociais que integram, ao longo do tempo, as diversas fases do processo de trabalho nos castanhais, a lógica de dominação e subordinação características do capitalismo e as formas de luta desenvolvidas por cada um dos segmentos envolvidos.

A fragilidade da organização social diante de diretrizes políticas e econômicas externas fica patente neste trabalho. Pesa, sobretudo, o fato de ser este estudo feito sobre uma área onde se instala o Pólo Siderúrgico de Carajás, ameaçando os mesmos camponeses que de algum tempo vêm tentando criar raízes a custo de sangue e a despeito de medidas de Reforma Agrária insuficientes.

A escala das transformações deve ser considerada tanto do ponto de vista físico – uma vez que os municípios ocupam extensas dimensões –, quanto do ponto de vista simbólico –, quando muitas representações passam a ter outros significados.

Marcionila Fernandes, autora de *Donos de terras*, é formada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (1980), é professora e doutoranda em

Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco, pelo Departamento de Filosofia e Ciências Sociais.

Luciana Miranda Costa, jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, atualmente coordena a pesquisa Os setenta anos do Rádio em Belém e cursa o doutorado em Desenvolvimento Sustentado no Trópico Úmido, no NAEA/UFPA.

Amazonense de nascimento, socióloga, mestra em Planejamento do Desenvolvimento, professora de Ciência Política da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, Marília Emmi tem vários artigos publicados, participou de várias pesquisas desenvolvidas pelo NAEA e atualmente é vice-coordenadora desse mesmo Núcleo.

Estes três trabalhos de mestres formados na melhor tradição acadêmica representada pelo NAEA ilustram a significativa contribuição que a Universidade Federal do Pará vem oferecendo à análise dos problemas no mundo rural amazônico e vão servir para uma reflexão séria e aprofundada sobre o problema da terra no país.

CADERNOS DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

Os Cadernos de Ciência & Tecnologia (CC&T) são uma publicação quadrimestral, editada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, com o objetivo de refletir, debater e veicular uma visão crítica da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento agropecuários, com ênfase nos processos sociais, culturais e políticos que envolvem esta problemática.

1. Tipo de colaboração

São aceitos pelos CC&T trabalhos que se enquadrem nas áreas temáticas de ciência, tecnologia e desenvolvimento agropecuários e que ainda não foram publicados nem encaminhados a outra revista para o mesmo fim, dentro das seguintes categorias:

- a) artigos resultantes de pesquisa científica;
- b) discussões conceituais e metodológicas;
- c) ensaios e revisões críticas;
- d) textos livres para a seção Debates;
- e) resenhas bibliográficas.

2. Encaminhamento

Os trabalhos deverão ser encaminhados ao Editor-chefe, em três vias, juntamente com o disquete correspondente. O arquivo pode ser enviado por E. Mail, não eximindo do encaminhamento das três cópias impressas.

3. Procedimentos editoriais

a) Após a triagem, os trabalhos são encaminhados para análise e parecer de três consultores do Quadro de Pareceristas da revista, que recomendam: aprovação; aprovação condicional ou não aprovação. Os critérios são os seguintes:

- adequação à linha editorial da revista;
- valor da contribuição do ponto de vista teórico, metodológico e substantivo;
- argumentação lógica, consistente, e que ainda assim permita contra-argumentação pelo leitor (discurso aberto);
- correta interpretação de informações conceituais e de resultados (ausência de ilações falaciosas);
- relevância, pertinência e atualidade das referências bibliográficas.

b) São de exclusiva responsabilidade dos autores as opiniões e os conceitos emitidos nos trabalhos. Contudo, o Editor, com a assistência de consultores especializados, reserva-se ao direito de sugerir ou solicitar modificações aconselhadas ou necessárias.

c) Eventuais modificações de estrutura ou conteúdo sugeridas aos autores deverão ser processadas e devolvidas ao Editor no prazo 30 (trinta) dias.

d) A seqüência da publicação dos trabalhos é dada pela conclusão de sua preparação e remessa à oficina gráfica, quando então não serão permitidos acréscimos ou modificações no texto.

e) À Editoria e ao Conselho Editorial dos Cadernos de Ciência & Tecnologia é facultada a encomenda de textos e artigos para publicação na revista.

4. Forma de apresentação

a) Tamanho - Os trabalhos devem ser apresentados em disquete, preferencialmente nos programas, Microsoft Word 2.0/8.0 para Windows, acompanhado de duas cópias impressas com entrelinhado duplo e margens de dois (2) centímetros nas laterais, no topo e na base, não devendo exceder 30 (trinta) laudas no tamanho carta. Quanto à fonte, recomenda-se a Times New Roman, tamanho 12 para o texto e tamanho 10 para notas de rodapé. Utilizar apenas a cor preta para todo o texto.

b) Títulos, Resumo, Abstract e Palavras-chave (key words) – Os títulos, em Português e Inglês, devem ser concisos e expressar o conteúdo do trabalho.

O Resumo e o Abstract não devem ultrapassar 200 palavras. É exigida, também, a indicação de até cinco Palavras-chave e Key words.

c) No rodapé da primeira página, deverão constar a qualificação profissional principal e o endereço postal completo do(s) autor(es), incluindo o E-mail.

d) Citações e Referências – As citações literais que contenham três linhas ou menos devem aparecer aspeadas, integrando o parágrafo normal, seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano da publicação e página(s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. As citações literais mais longas (quatro ou mais linhas), serão destacadas do texto em parágrafo especial e “indentadas” (quatro espaços à direita da margem esquerda) em espaço simples tamanho 10. As demais citações seguem o padrão: “autor, ano e página; ex: (Silva, 1990: p.45).

e) Figuras e Tabelas – As figuras e tabelas devem ser numeradas em algarismos arábicos. Quanto ao título, deve ser posicionado acima, no caso de título de tabela, e abaixo, em se tratando de figura. Só são aceitas tabelas e figuras citadas efetivamente no texto.

f) Notas de rodapé - As notas de rodapé devem ser de natureza substantiva (não bibliográficas) e reduzidas ao mínimo necessário.

g) Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas serão normalizadas de acordo com “Normas de referência e descrição bibliográfica para o Sistema Embrapa de Informação”.

Os exemplos a seguir constituem os casos mais comuns, tomados como modelos:

Livro:

WEBER, M. Ciência e política: duas vocações. Trad. de Leônidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 4.ed. Brasília: Editora UnB, 1983. 128p. (Coleção Weberiana).

Artigo de revista:

TRIGO, E.J. Pesquisa agrícola para o ano 2000: algumas considerações estratégicas e organizacionais. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.9, n.1/3, p.9-25, 1992.

Dissertação ou Tese:

RODRIGUES, C.M. Estado e seletividade de políticas públicas: uma abordagem teórica e evidência empíricas na política de extensão rural no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Sociologia, 1994. 295p. Tese de Doutorado.

Coletânea:

OFFE, C. The theory of State and the problems of policy formation. In: LINDBERG, L., org. Stress and contradictions in modern capitalism. Lexington: Lexington Books, 1975. p.125-144.

Trabalhos apresentados em Congresso:

MUELLER, C.C. Uma abordagem para o estudo da formulação de políticas agrícolas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 8., 1980, Nova Friburgo. Anais... Brasília: ANPEC, 1980. p.463-506.

5. Outras informações

a) O autor ou os autores receberão três exemplares do número da Revista no qual o seu trabalho tenha sido publicado.

b) Outros pormenores para a elaboração de trabalhos a serem enviados aos CC&T são fornecidos, por solicitação dos interessados, pelo Editor, Cyro Mascarenhas Rodrigues.

Endereço:

Embrapa-SSE

Caixa Postal 040315

CEP 70770-901 Brasília, DF

Telefone: (61) 448-4385

Fax: (61) 272-0808

Endereço eletrônico (E-mail): Cyro.Rodrigues@embrapa.br